



CARTA DE APRESENTAÇÃO

Ao Banco Central do Brasil.

Em conformidade com a Instrução Normativa BCB 236, a **ZERO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A**, inscrita no CNPJ/MF sob o número 26.264.220/0001-16, tem a satisfação de apresentar a **INFORMAÇÃO 9010**, contendo suas demonstrações financeiras completas referentes ao semestre findo em **31 de dezembro de 2024**, elaboradas de acordo com a Resolução BCB 2.

Este documento contempla:

Relatório da Administração;

Relatório do auditor independente;

Balanco patrimonial;

Demonstração do resultado;

Demonstração do resultado abrangente;

Demonstração das mutações do patrimônio líquido;

Demonstração dos fluxos de caixa;

Notas explicativas às demonstrações financeiras;

Informamos que as demonstrações financeiras foram divulgadas em **01 de abril de 2025** na Central de Demonstrações Financeiras (CDSFN).

A Administração da **Zero Instituição de Pagamento S.A** é responsável pelo conteúdo das informações contidas neste relatório.

Atenciosamente,

EDISIO PEREIRA NETO
CEO

EDUARDO APARECIDO DOS ANJOS DEGEA
CONTADOR
CRC 1SP 236600/O-0 "S" PE

Zero Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Demonstrações das posições financeiras	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

A Zero Instituição de Pagamento S.A. tem o prazer de divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas das respectivas notas explicativas, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024. Este relatório foi elaborado de acordo com as práticas contábeis adotadas pela legislação societária brasileira, associadas às normas, compreendidas pelas Resoluções e Instruções Normativas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Apresentação

Somos o Z.ro Bank, uma instituição de pagamento autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil. No universo de tantas *FinTechs*, nos destacamos como uma *TechFin*. Somos uma empresa de tecnologia que nasceu para oferecer soluções financeiras inovadoras que ainda não existem no mercado. Nossa missão é clara: possibilitar o acesso de pessoas e empresas à nova economia digital, promovendo a liberdade financeira de forma transparente e personalizada.

Com um modelo pioneiro, já movimentamos mais de R\$ 45 bilhões e somos responsáveis por mais de 5% de todas as transferências instantâneas – PIX entre pessoas e empresas no Brasil, chegando a processar mais de 50 mil transações por minuto durante picos diários. Esse desempenho nos posiciona como um dos maiores facilitadores da nova economia digital do país.

Somos uma empresa reconhecida pelo mercado: em 2024, fomos premiados como um dos Top 3 Negócios em Expansão, segundo a Revista Exame, na categoria de empresas com maior crescimento de Receita Líquida.

Somos o primeiro banco *Developer First* do Brasil, projetado para criar soluções flexíveis e eficientes. Nossos serviços vão além de oferecer transações financeiras. No Z.ro Bank, você pode criar o banco ideal para o seu negócio, totalmente integrado ao seu sistema. Automatizamos rotinas financeiras e geramos relatórios customizados para sua contabilidade, tudo isso com nossas APIs abertas, que permitem à sua empresa moldar as soluções financeiras exatamente do jeito que você precisa.

Destaques

O segundo semestre do Z.ro Bank foi especialmente marcado pela homologação da autorização do Banco Central do Brasil para funcionarmos, na modalidade Instituição de Pagamento no dia 24 de julho de 2024.

Neste mesmo semestre vimos nosso resultado líquido dobrar em relação ao primeiro semestre, chegando a R\$ 21 milhões, sendo o total do exercício R\$ 31 milhões.

O total de receitas alcançou incríveis R\$ 113 milhões no ano, sendo R\$ 77 milhões no segundo semestre.

E isso é só o começo. Para o futuro, convidamos nossos clientes e parceiros a sentarem conosco e imaginarem juntos.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da Zero Instituição de Pagamento S.A.
(anteriormente denominada de Zro Instituição de Pagamento S.A.)**

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Zero Instituição de Pagamento S.A. (anteriormente denominada de Zro Instituição de Pagamento S.A.) (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar à este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 01 de Abril de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Jonas Moreira Salles
Contador CRC 1SP295315/O-4

BALANÇO PATRIMONIAL

Balanco Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativo			Passivo		
	Nota	31/12/2024		Nota	31/12/2024
Disponibilidades	4	14.722	Depósitos e demais instrumentos financeiros	8	33.516
			Contas de pagamento pré pagas	8	33.503
Instrumentos financeiros	5	47.760	Relações interfinanceiras	8	12
Títulos e valores mobiliários	5.a.i	3.992	Passivos fiscais	9	4.188
Relações interfinanceiras	5.b.i	43.768	Passivos fiscais correntes	9.c	4.188
Ativos fiscais	9	4.403	Outros passivos	11	6.819
Ativos fiscais correntes	9.b	3.502			
Ativos fiscais diferidos	9.d	901			
Imobilizado	6	53	Patrimônio líquido	12	47.246
Imobilizado de uso	6.a	158	Capital social	12.a	8.360
(-) Depreciação acumulada	6.a	(105)	Reservas	12.b	38.886
Outros ativos	7	24.831			
Total do ativo		91.769	Total dos passivo e patrimônio líquido		91.769

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Demonstração do Resultado do Exercício para o período de 1 de julho a 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

		01/07 a
	Nota	31/12/2024
Rendas da intermediação financeira	5	23.481
Resultado em operações com títulos e valores mobiliários	5.a.ii	7.801
Rendas de depósitos interfinanceiros	5.b.ii	2.208
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5.a.ii	13.472
Resultado bruto da intermediação financeira		23.481
Receitas / (Despesas) operacionais		9.345
Rendas de prestação de serviços	13	48.913
Despesas de pessoal	14	(3.819)
Despesas tributárias	15	(4.388)
Outras despesas administrativas	16	(14.504)
Outras receitas	17	35
Outras despesas	18	(16.892)
Lucro antes dos tributos e das participações		32.826
(-) Imposto de renda e contribuição social	9	(7.996)
Provisão para imposto de renda	9.a	(5.805)
Provisão para contribuição social	9.a	(3.092)
Ativo fiscal diferido	9.a	901
Participações nos lucros		(3.850)
Lucro líquido do período		20.980

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Demonstração do Resultado do Abrangente para o período de 1 de julho a 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	01/07 a
	Nota
	31/12/2024
Lucro líquido do período	20.980
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente	20.980

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período de 1 de julho a 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	Reservas de lucros				Reserva para incentivos fiscais	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva especial / Dividendos não distribuídos	Outras reservas especiais			
Saldo em 30 de junho de 2024		8.360	375	3.565	3.565	171	10.230	26.266
Lucro líquido		-	-	-	-		20.980	20.980
Destinações:								
Reserva legal	12.b.i	-	1.296	-	-	-	(1.296)	-
Reservas especiais	12.b.iii			6.726	20.416	-	(27.142)	-
Reserva para incentivos fiscais	12.b.ii	-	-	-	-	2.772	(2.772)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		8.360	1.671	10.291	23.981	2.943	-	47.246
Mutações do período		-	1.296	6.726	20.416	2.772	(10.230)	20.980

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Demonstração dos fluxos de caixa para o período de 1 de julho a 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	01/07 a 31/12/2024
Fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos e das participações		32.826
Ajustes ao lucro antes dos tributos e das participações		(11.845)
Depreciações e amortizações	16	26
Provisões cíveis	17	(5)
Atualização de depósitos em garantia	17	(20)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	9.a	(7.996)
Provisão para participações nos lucros		(3.850)
Variações patrimoniais		(50.026)
(Aumento) / redução em instrumentos financeiros para negociação		524.332
(Aumento) / redução em ativos fiscais		(3.538)
(Aumento) / redução em outros ativos		(18.546)
(Redução) / aumento em depósitos e demais instrumentos financeiros		(559.031)
(Redução) / aumento em passivos fiscais		6.718
(Redução) / aumento em outros passivos		3.135
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.096)
Caixa líquido gerado / (utilizado) nas atividades operacionais		(29.045)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento		
(Aquisição) de imobilizado de uso	6.b	(13)
Caixa líquido gerado / (utilizado) nas atividades de investimento		(13)
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa		
(29.058)		
Início do período		43.780
Fim do período	4	14.722
(Aumento) / redução em caixa e equivalentes de caixa		(29.058)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

A ZERO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por seu estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis. A Companhia está sediada na Rua do Brum, 248, no município de Recife/PE, CEP 50030-260. Autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BCB") em 24 de julho de 2024 e, portanto, após essa data, a Companhia está sujeita a cumprir com os requerimentos normativos daquela autarquia.

A Companhia é uma "TechFin", empresa de tecnologia que atua no setor de pagamentos e transações eletrônicas, oferecendo uma ampla gama de serviços financeiros, incluindo processamento de pagamentos, transferências eletrônicas, emissão de cartões pré-pagos e serviços de conta digital. Através de sua plataforma tecnológica, a empresa busca simplificar as transações financeiras, proporcionando agilidade, conveniência e segurança aos seus clientes.

A Companhia é controlada pela Z.ro Holding Financeira S/A, que detém 100% de suas ações ordinárias e preferenciais.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela lei das sociedades por ações, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), considerando o pressuposto da continuidade, em que a Administração avalia a capacidade operacional no futuro previsível por meio de planejamento anual, fluxos de caixa e revisão dos controles e responsáveis pela governança.

As contas do balanço patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade. A Administração entende que essa forma de apresentação proporciona informação mais relevante e confiável aos leitores destas demonstrações financeiras.

Exceto quando indicado, os valores apresentados nas demonstrações e respectivas notas explicativas possuem ajustes de arredondamento sendo, para cima se a primeira casa decimal for igual ou superior a 5 e para baixo quando inferior. Tais ajustes não ocasionam em distorções significativas às divulgações.

Os valores de determinados ativos, passivos, receitas e despesas são definidos com base em estimativas e premissas validadas pela Administração. As estimativas e premissas são revisadas e validadas de maneira contínua. A realização desses valores pode divergir do estimado e, nesse caso, revisões serão reconhecidas prospectivamente.

Principais estimativas contábeis e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes sobre eventos futuros que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações financeiras. A Administração aplica, em base continuada e com revisão periódica, julgamentos que afetamos montantes apresentados nas demonstrações financeiras, sendo que os resultados efetivamente incorridos podem ser divergentes das estimativas.

Os principais valores que possuem risco de gerar ajuste em períodos subsequentes são: i) provisões operacionais; ii) provisões para contingências; iii) expectativa de consumo de créditos tributários; e iv) serviços prestados a receber.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração em 01 de abril de 2025.

Normativos aplicáveis a partir do próximo exercício

A Administração preparou um plano para adoção dos novos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. Esse plano de implementação trata dos procedimentos a serem observados pela Companhia e possíveis impactos em seus sistemas, políticas, processos e rotinas para adoção das Resoluções CMN 4.966/2021 e BCB 352/2023.

As Resoluções CMN 4.966 e BCB 352 estabelecem conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB.

Os conceitos explanados nas Resoluções se referem a:

- a) Classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros;
- b) Constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos instrumentos financeiros;
- c) Designação e reconhecimento contábil da relação de proteção (contabilização de hedge); e
- d) Evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros;

As instituições devem aplicar os novos conceitos e critérios a partir de 1º de janeiro de 2025 com efeitos prospectivos. Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por estas Resoluções devem ser registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Durante os trabalhos preparatórios de adoção das Resoluções CMN 4.966 e BCB 352, não foram observados ativos financeiros problemáticos em montantes que demandassem provisionamento em bases que impactem significativamente o Patrimônio Líquido da Companhia no exercício subsequente, de acordo com a metodologia simplificada e a política interna elaborada pela Companhia.

Resumo dos impactos	Saldo	Perda Incorrida	Perda Esperada	Provisão
Descrição do ativo financeiro				
Títulos e valores mobiliários	3.992	-	12	12
Relações interfinanceiras - Banco Central depósitos moeda eletrônica	43.768	-	-	0
Serviços prestados a receber	11.208	176	61	237
Adiantamento a fornecedores	906	392	114	506
Total	59.874	568	187	755
Ativo fiscal diferido				257
Valor líquido dos efeitos tributários				498

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas consistente e uniformemente são:

a) Apuração do resultado

A receita é reconhecida pelo regime de competência, sendo lançada no mês de origem do resultado e não é, portanto, alterada em função de pagamentos/recebimentos em outros períodos.

A Resolução CMN nº 4.924, que referendou o CPC 47, estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Seguindo as orientações normativas, são estabelecidos 5 passos para o reconhecimento:

- Identificar o contrato com o cliente;
- Identificar as obrigações de desempenho previstas no contrato;
- Determinar o preço da transação;
- Alocar o preço de transação; e
- Reconhecer receita quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Receita por Serviços de Pagamento

Receitas de comissões em arranjos de pagamento com instituições financeiras parceiras, para a realização das transações de clientes finais. As obrigações de desempenho são satisfeitas quando as transações são realizadas.

Mensalmente são apurados os serviços prestados, de acordo com as disposições contratuais, as notas fiscais são emitidas e as receitas reconhecidas.

Outros Serviços Relacionados a Transações de Pagamentos

Receitas de contratos de disponibilização de APIs para automatização de Pix em alta escala, geração de QR Codes dinâmicos, disponibilização de sistema centralizado que gerencia e organiza transações de pagamento. As obrigações de desempenho são satisfeitas pela disponibilização e utilização das soluções tecnológicas.

Mensalmente são apurados os serviços prestados, de acordo com as disposições contratuais, as notas fiscais são emitidas e as receitas reconhecidas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades, sendo depósitos bancários em instituições financeiras e, quando aplicável, depósitos no BCB em moeda nacional com liquidez imediata.

c) Instrumentos financeiros

i) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios:

- **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado;

- **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do Patrimônio Líquido sob o título de "outros resultados abrangentes" e esses ganhos e perdas, quando realizados, são reconhecidos na data da negociação no resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido;

- **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

d) Ativos fiscais

Os créditos tributários oriundos de antecipações de impostos, geralmente imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos auferidos em instrumentos financeiros são registrados na rubrica "Ativos fiscais correntes", de acordo com a competência do crédito e utilizados trimestralmente, para compensação na apuração do imposto de renda e da contribuição social.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e adições temporárias são registrados na rubrica “Ativos fiscais diferidos”.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizados pela Administração.

e) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo máquinas e equipamento dez anos.

f) Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base pro rata dia, incorridos até a data do balanço.

A Companhia classifica no balanço patrimonial as contas a receber de clientes em outros ativos. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente, por apresentarem vencimento de curto prazo e não apresentarem efeito relevante nas demonstrações financeiras.

A Companhia não reconheceu provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em contas a receber, por considerar que não havia risco significativo de perda em suas transações comerciais. A Administração considerou todas as informações disponíveis, tais como a liquidação das notas fiscais, que, ocorre nos primeiros dias do mês subsequente às emissões com recursos depositados em conta pré-paga mantidas pelos clientes na própria Companhia.

g) Provisões para redução ao valor recuperável de ativos

É reconhecido como perda o valor de um ativo quando seu valor contábil excede seu valor recuperável.

As perdas com *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente, no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

h) Ativos contingentes

Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando há evidências conclusivas que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

i) Depósitos e demais instrumentos financeiros

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata dia.

j) Provisões

Os passivos contingentes classificados como de risco provável de perda, são considerados obrigações presentes, com alta probabilidade de desembolso de recurso e, em virtude disso, são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Quando o risco é considerado possível, são divulgadas nas demonstrações financeiras dada a incerteza de a entidade ter a obrigação que resulte em perda.

Passivos contingentes de risco remoto não são reconhecidos ou divulgados nas demonstrações financeiras.

k) Passivos fiscais

Os tributos da Companhia, incluindo os incidentes sobre as rendas, são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

	Alíquotas vigentes
Tributos sobre o lucro	
Imposto de renda	15%
Imposto de renda adicional ¹	10%
Contribuição social sobre o lucro líquido	9%
Demais tributos	
PIS / PASEP	de 0,65% a 1,65%
COFINS	de 3% a 7,6%
Imposto sobre serviços de qualquer natureza	de 2% a 5%

¹ Incide sobre a parcela do lucro que exceder R\$ 60 no trimestre.

l) Outros passivos

Demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos em base pro rata dia.

m) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição, com previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Resultado não recorrente está relacionado às atividades atípicas que porventura a Companhia venha a realizar e não há previsão de ocorrer em exercícios futuros.

n) Partes relacionadas

Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando suas demonstrações financeiras. Basicamente, as partes relacionadas podem ser as entidades controladora até a última instância, as entidades

controladas, coligadas, outras entidades do mesmo grupo econômico ainda que não haja relação de controle ou o exercício de influência significativa, o pessoal chave da Administração e membros próximos de suas famílias. De acordo com a Resolução CMN 4.818 as transações devem ser divulgadas nas demonstrações financeiras, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1).

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos relevantes ou significativos do ponto de vista operacional, estratégico ou da materialidade, ocorridos entre a data base das demonstrações financeiras e a data de sua emissão, sendo divulgados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 24 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, conforme com a Resolução CMN 4.818.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024
Disponibilidades	14.722
Depósitos bancários	14.722
Depósitos bancários em instituições sem conta reserva	14.722
Total	14.722

5. Instrumentos financeiros

a) Títulos e valores mobiliários

i) Composição da carteira por categoria, tipo de papel, nível e prazo de vencimento a valores de custo e de mercado.

31/12/2024								
	Nível	Valor de custo	Marcação a mercado	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor justo / contábil
Títulos para negociação		3.943	49	99	-	364	3.529	3.992
Carteira própria		3.943	49	99	-	364	3.529	3.992
Títulos públicos		3.480	49	-	-	-	3.529	3.529
Letras Financeiras do Tesouro	1	3.480	49	-	-	-	3.529	3.529
Títulos privados		463	-	99	-	364	-	463
Certificados depósitos bancários	2	364	-	-	-	364	-	364
Cotas fundos de investimentos	3	99	-	99	-	-	-	99
Total		3.943	49	99	-	364	3.529	3.992

Os títulos públicos encontram-se custodiados na SELIC e os privados, na B3 as cotas de fundos de investimentos e em instituições financeiras os CDB. O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela B3, ou agentes de mercado, quando necessário. O resultado da marcação a mercado dos títulos para negociação é apresentado na demonstração do resultado.

No período findo em 31 de dezembro de 2024 não havia títulos classificados nas categorias disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. Também não houve reclassificação entre categorias.

No período findo em 31 de dezembro de 2024 não havia instrumentos financeiros derivativos.

ii) Resultado

	01/07 a 31/12/2024
Resultado em títulos de renda fixa	7.801
Resultado em aplicações interfinanceiras de liquidez ¹	13.472
Total	21.273

¹ Rendas geradas a partir de instrumentos financeiros adquiridos em operações compromissadas. Não havia posição em operações compromissadas em 31 de dezembro de 2024.

iii) Hierarquia do valor justo

O valor justo é definido como o preço que seria obtido por vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da avaliação. As diretrizes contábeis para o valor justo estabelecem uma hierarquia de três níveis para a classificação de instrumentos financeiros, com base nos mercados onde os ativos ou passivos são negociados e na natureza dos dados utilizados nas técnicas de avaliação, sejam eles observáveis ou não observáveis.

Os três tipos de valor justo são definidos conforme abaixo:

- **Nível 1:** Há informação de preço observado e disponível no mercado. A carteira contida nesse nível é composta de títulos públicos.
- **Nível 2:** Seu preço não é observado, mas os fatores de risco necessários à sua precificação sim. Nesse caso, o valor justo é calculado a partir de curvas de mercado por fator de risco. A carteira contida nesse nível inclui títulos privados.
- **Nível 3:** Não há informação de preço e nem dos seus insumos, sendo que seu modelo é teórico (Marcação a Modelo). As técnicas de avaliação incluem modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado ou técnicas semelhantes. A carteira contida nesse nível é composta por Fundos de Investimento. Para o caso dos fundos de investimento, a análise de marcação a mercado e o desenvolvimento do modelo são de responsabilidade da administradora dos fundos em questão, com processos de auditoria independente.

iv) Análise de Sensibilidade

De acordo com a hierarquia de valor justo estabelecida pelo CPC 46 / IFRS 13, a companhia realizou a análise de sensibilidade em seus ativos registrados pelo valor justo. O valor justo desses ativos é sensível a alterações nas premissas de precificação, como taxas de juros, spreads de crédito e taxas de desconto. Para avaliar a sensibilidade, foram simulados cenários alternativos para cada um dos instrumentos, conforme a tabela abaixo.

Ativo	Valor justo	Nível	Taxa de Desconto (%)	Valor Estimado	Varição (%)
Títulos Públicos	3.529	1	8,0%	4.411	25,0%
Títulos Públicos	3.529	1	10,0%	3.529	0,0%
Títulos Públicos	3.529	1	12,0%	2.941	-16,7%
Títulos Privados	364	2	1,6%	455	25,0%
Títulos Privados	364	2	2,0%	364	0,0%
Títulos Privados	364	2	2,4%	303	-16,7%
Fundos de Investimento	99	3	8,0%	110	11,0%
Fundos de Investimento	99	3	10,0%	99	0,0%
Fundos de Investimento	99	3	12,0%	91	-8,0%
Fundos de Investimento	99	3	15,0%	80	-19,0%

A análise de sensibilidade demonstra que os valores justos dos ativos financeiros da Companhia são impactados por variações nas taxas de mercado. O monitoramento contínuo dessas premissas é fundamental para garantir que as avaliações reflitam as melhores estimativas disponíveis. A Companhia acompanha essas variáveis de forma sistemática, adotando estratégias para mitigar riscos associados às flutuações do mercado.

b) Relações interfinanceiras

i) Composição

	31/12/2024
Banco Central - Depósitos De Moeda Eletrônica ¹	43.768
Total	43.768

¹ - Depósito realizado diretamente na conta CCME junto ao BCB para garantia dos saldos das contas pré-pagas. A remuneração aplicada pelo BCB é 100% do CDI.

ii) Resultado

	31/12/2024
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros ¹	2.208
Total	2.208

¹ - Rendimento da conta CCME junto ao BCB à base de 100% do CDI.

6. Imobilizado

a) Composição

	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2024
Móveis e equipamentos	106	(89)	17
Outros equipamentos	52	(16)	36
Total	158	(105)	53

b) Movimentação

	30/06/2024	Aquisição	Baixa	Depreciação	31/12/2024
Móveis e equipamentos	17	3	-	(3)	17
Outros equipamentos	36	10	-	(10)	36
Total	53	13	-	(13)	53

7. Outros ativos

	31/12/2024
Serviços prestados a receber	11.208
Adiantamentos e antecipações salariais	159
Adiantamentos para pagamento por conta da instituição	906
Devedores por depósitos em garantia	10.025
Valores a receber de sociedades ligadas	1.839
Devedores diversos no país	675
Despesas pagas antecipadamente	19
Total	24.831
Circulante	22.992
Não circulante	1.839

8. Depósitos e demais instrumentos financeiros

	31/12/2024
Contas de pagamento pré-pagas	33.503
Saldos de livre movimentação	33.503
Relações interfinanceiras	12
Transações de pagamento	12
Total	33.515
Circulante	33.515

Os recursos depositados em contas de pagamento pré-pagas pelos clientes são utilizados para aquisição de instrumentos financeiros de baixo risco e alta liquidez, em conformidade com os requerimentos do Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2024 esses valores estão depositados na conta CCME, junto ao Bacen.

9. Ativos e passivos fiscais

a) Demonstração da apuração dos tributos Imposto de Renda e Contribuição Social

	31/12/2024
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	32.826
Imposto de Renda à alíquota de 25%	(8.207)
Contribuição Social à alíquota de 9%	(2.954)
Efeitos na apuração dos tributos	901
Provisão para participação nos lucros e resultados	901
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.996)
Provisão para Imposto de Renda	(5.805)
Provisão para Contribuição Social	(3.092)
Ativo fiscal diferido	901
Alíquota efetiva	24,4%

b) Composição dos ativos fiscais correntes

	31/12/2024
Imposto de Renda a compensar	3.028
Contribuição Social a compensar	94
ISS a compensar	3
COFINS a compensar	68
PIS a compensar	306
Outros impostos a compensar	3
Total	3.502
Circulante	3.502

c) Composição dos passivos fiscais correntes

	31/12/2024
Imposto de Renda a recolher	1.580
Contribuição Social a recolher	1.563
Provisão para Imposto de Renda - Incentivo fiscal	338
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	98
Impostos e contribuições sobre salários	270
ISS a recolher	268
COFINS a recolher	59
Pis a recolher	12
Total	4.188
Circulante	4.188

d) Composição dos ativos fiscais diferidos

	31/12/2024
Imposto de Renda sobre provisões operacionais	663
Contribuição Social sobre provisões operacionais	238
Total	901
Circulante	901

e) Movimentação dos ativos fiscais diferidos

	01/07 a 31/12/2024
Saldo inicial	-
Constituições	901
Realizações	-
Saldo final	901

f) Expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos

	31/12/2024
Exercício de realização	2025
Realização projetada	901

Em função das diferenças existentes entre critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa de realização não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

O crédito tributário foi constituído com base em provisões operacionais passivas com previsão de realização e liquidação financeira até 31 de março de 2025.

g) Valor presente líquido dos ativos fiscais diferidos

O valor presente dos ativos fiscais diferidos constituídos em 31 de dezembro de 2024, considerando o CDI projetado até 31 de março de 2025, é de R\$ 875.

h) Crédito tributário não ativado

Em 31 de dezembro de 2024 não havia créditos tributários oriundos de prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social.

i) Incentivos fiscais

Em maio de 2024, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE homologou benefício fiscal para redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais apurados sobre o lucro da exploração da atividade beneficiada. Este benefício fiscal é concedido a empresas que promovam desenvolvimento da região Nordeste.

Com base nos serviços prestados e graças ao desenvolvimento que eles proporcionam à região Nordeste, a Companhia conquistou benefício fiscal, cujo montante de R\$ 2.943 em economia gerada durante o período findo em 31 de dezembro de 2024, foi destinado à Reserva para Incentivos Fiscais.

10. Provisões**a) Provisões para contingências cíveis**

Basicamente, são ações movidas por clientes pleiteando revisão de termos e condições contratuais, as quais são analisadas de forma individualizada.

A provisão é constituída de acordo com a opinião técnica dos assessores jurídicos externos, sempre que o risco de desembolso financeiro em decorrência de uma perda for avaliado como provável.

b) Movimentação das provisões para contingências cíveis

	01/07 a 31/12/2024
Saldo inicial	5
Constituições	-
Reversões	(5)
Atualização monetária	-
Saldo final	-

Em 31 de dezembro de 2024, não havia processos cíveis classificados com risco de perda provável, de acordo com a avaliação dos advogados parceiros. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reverteu a provisão até então existente, com base na informação de que os processos com risco de perda provável foram inativados.

Também não havia bloqueios e/ou depósitos judiciais referente aos processos em curso em 31 de dezembro de 2024, que pudessem nos dar evidências de que uma provisão seria necessária.

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações nas jurisprudências dos tribunais impossibilitam a apuração de uma estimativa perfeita, tanto do ponto de vista de valores, como de cronograma esperado de indenizações. A previsão de consumo das provisões é de até 5 anos.

c) Passivos contingentes classificados como de risco de perda possível

São processos na esfera cível, classificados com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, porém divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Não havia processos classificados com risco de perda possível em 31 de dezembro de 2024.

d) Provisões para contingências fiscais

Em 31 de dezembro de 2024 não havia processos na esfera fiscal contra a Companhia.

e) Provisões para contingências trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2024 não havia processos na esfera trabalhista contra a Companhia.

11. Outros passivos

	31/12/2024
Proventos	169
Encargos sociais a recolher	60
Provisão para participação nos lucros e resultados	3.850
Valores a pagar a sociedades ligadas	698
Credores diversos no país	6
Outras despesas administrativas a pagar	2.036
Total	6.819
Circulante	6.121
Não circulante	698

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 4.070.462 ações escriturais e sem valor nominal, sendo a totalidade de ações ordinárias em 31 de dezembro de 2024.

A detentora da totalidade dessas ações é a Z.ro Holding Financeira S/A.

	Qte. ações ordinárias	31/12/2024
Domiciliados no país	4.070.462	8.360
Total	4.070.462	8.360

b) Reservas de lucros**i) Reserva legal**

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro do exercício, limitada a 20% do capital social. Poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social. Somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou compensação de prejuízos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração propôs a destinação de R\$ 1.296 para Reserva Legal, sendo o saldo total nesta data de R\$ 1.671 que compreende 20% do capital social da Companhia.

ii) Reserva para incentivos fiscais

Com base nos serviços prestados e graças ao desenvolvimento que eles proporcionam à região Nordeste, a Companhia conquistou benefício fiscal, já devidamente aprovado, no ano de 2024 junto a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Este benefício proporciona a redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais apurados na exploração da atividade beneficiada.

A redução em Imposto de Renda alcançada por este benefício é reconhecida como Reserva para Incentivos Fiscais, de acordo com o COSIF, pois tal montante não deve ser incorporado ao resultado da Companhia beneficiada bem como, juros sobre o capital próprio e dividendos não podem ser distribuídos com base nesse montante. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 havia o montante de R\$ 2.943 constituído como Reserva para Incentivos Fiscais.

iii) Reservas especiais

Basicamente composta pelo lucro não destinado a reserva legal ou ao pagamento de dividendos ao acionista. Estes recursos permanecerão à disposição dos acionistas para deliberação quanto a sua alocação, podendo ser utilizado na operação, em novos investimentos ou pagamento de dividendos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração propôs a destinação do montante de R\$ 27.142 para Reservas Especiais, sendo i) R\$ 6.726 para Dividendos Não Distribuídos; e ii) R\$ 20.416 para Outras Reservas. O saldo total das Reservas Especiais ao final de 2024 soma a importância de R\$ 34.272, dos quais R\$ 7.130 foram constituídos e aprovados em 12/2023.

13. Rendas de prestação de serviços

	01/07 a 31/12/2024
Rendas por serviços de pagamento ¹	22.904
Rendas de outros serviços ²	26.009
Total	48.913

¹ Refere-se, basicamente, às comissões recebidas por acordos comerciais em arranjos de pagamento para a indicação de serviços relacionados a transações de pagamento.

² Refere-se aos serviços prestados na oferta de infraestrutura para realização de transações de pagamento, tais como geração de código QR único.

14. Despesas de pessoal

	01/07 a 31/12/2024
Proventos	(682)
Honorários	(2.380)
Encargos sociais	(341)
Benefícios	(410)
Treinamentos	(6)
Total	(3.819)

15. Despesas tributárias

	01/07 a 31/12/2024
ISS	(1.057)
COFINS	(2.780)
PIS	(550)
Outras	(1)
Total	(4.388)

16. Outras despesas administrativas

	01/07 a
	31/12/2024
Aluguéis	(509)
Processamentos de dados	(5.884)
Promoções e relações públicas	(1.152)
Propaganda e publicidade	(380)
Serviços do sistema financeiro	(270)
Serviços de terceiros	(2.774)
Serviços técnicos especializados	(2.702)
Seguros	(4)
Transporte	(8)
Viagens	(318)
Amortizações e depreciações	(26)
Outras	(477)
Total	(14.504)

17. Outras receitas

	01/07 a
	31/12/2024
Atualização monetária	20
Reversão de provisão para contingências	5
Outras	10
Total	35

18. Outras despesas

	01/07 a
	31/12/2024
Serviços associados a transações de pagamento ¹	(16.568)
Outras	(324)
Total	(16.892)

¹ Refere-se, basicamente, aos custos relacionados a iniciação e processamento de transação em arranjos de pagamento.

19. Partes relacionadas**a) Contexto**

Durante o período compreendido entre 1º de julho e 31 de dezembro de 2024, os benefícios de curto prazo recebidos pelo pessoal-chave da Administração somaram R\$ 2.380.

A Companhia não remunera seus administradores com benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo.

A Companhia realiza transações com partes relacionadas, as quais são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações. As empresas do grupo são Z.ro Blue Participações S/A, Z.ro Holding Financeira S/A e B Blue Tecnologia e Serviços Digitais S/A.

b) Transações com partes relacionadas

	Zroblue Participações ¹	Z.ro Holding Financeira ²	B Blue ³	31/12/2024
Ativos				
Outros ativos	-	-	1.839	1.839
Passivos				
Outros passivos	698	-	-	698

¹ Controladora indireta da Companhia.

² Controladora direta da Companhia.

³ Basicamente, referem-se a serviços oferecidos ao cliente, através do aplicativo digital Z.roBank, operacionalizados pela B Blue.

20. Estrutura de gerenciamento de riscos

No que tange ao gerenciamento de riscos, a Companhia preza por definir todos os conceitos e procedimentos aplicáveis para o atendimento pleno do regulatório no que concerne a gestão de riscos, compatível com o perfil de produtos e serviços bem como a complexidade dos negócios autorizados e realizados. As atividades de gestão de riscos são identificadas em três dimensões relevantes de atuação:

- Planejamento Estratégico**, “riscos de ordem estratégica” o que pode impedir a instituição de alcançar sua visão, missão, valores e objetivos;
- Na execução das operações**, “riscos de ordem operacional”, todos os diversos riscos que podem impedir a operacionalização do negócio desenhado para viabilizar a estratégia;
- “Riscos corporativos”**, objeto de foco prioritário da Alta Administração;

O seu gerenciamento possibilita a Administração tratar com eficácia as incertezas, bem como os riscos e as oportunidades a ele associados, a fim de melhorar a capacidade da Companhia em gerar valor, atingir seus objetivos e evitar a materialização dos riscos observados.

Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de perdas resultantes de que a instituição não seja capaz de honrar suas obrigações esperadas ou não, correntes ou futuras, incluindo vinculação de garantias, bem como não conseguir negociar a preço de mercado de uma posição devido ao seu tamanho elevado em relação ao seu normal ou a alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento do risco de liquidez, ocorre também, pela possibilidade de perdas resultantes do gerenciamento ineficiente do capital, com relação àquele mantido pela instituição e o nível necessário para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta e ao seu planejamento, considerando os objetivos estratégicos de curto e médio prazos.

Os procedimentos básicos para o gerenciamento do risco de liquidez, compreendem a geração diária do fluxo de caixa, previsto em conformidade com cenários de movimentação dos recursos inscritos nas contas digitais juntamente com os pagamentos e recebimentos previstos para eventos administrativos.

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações pactuadas, da desvalorização ou da redução de ganhos financeiros esperados.

Os procedimentos voltados para o risco de crédito consideram basicamente as seguintes atividades:

- a) Fluxos de caixa diário;
- b) Análise do perfil de recebíveis, prazo, contraparte e valor;
- c) Avaliação das condições creditícias da contraparte, seja cliente, usuário habitual ou eventual de transações de pagamento, participantes de arranjos de pagamento, instituições financeiras emissoras de títulos e depositárias de recursos do caixa da Companhia;
- d) Verificação do limite atribuído a cada contraparte relevante;
- e) Em caso de *default*, acionar o instrumento para mitigação do risco de crédito como solicitar garantias adicionais, ceder o crédito sem coobrigação e adquirir outros instrumentos de proteção conforme analisado e proposto pelo Comitê de Riscos;

O mapeamento de risco de crédito envolve não somente as contrapartes denominadas tomadores de crédito, mas também qualquer cedente, devedor, sacado, emissor, coobrigado ou garantidor que tenham responsabilidade solidária para liquidar um direito creditório ou título ou obrigação com características de crédito.

Risco operacional

O risco operacional decorre da possibilidade de perdas resultantes de eventos externos, falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Neste tipo de risco inclui subtipos como segurança cibernética e da informação, risco legal e de imagem. Alguns deles são tratados em tópicos distintos.

Em síntese os procedimentos para gerenciamento do risco operacional (GRO) envolve todas as unidades organizacionais e gera informações relevantes sobre o consumo de recursos indevidos que provocam perdas e não contribuem para o desempenho econômico esperado da Companhia.

Risco de conformidade – **Compliance**

Decorre da possibilidade de perdas resultantes do não cumprimento, intencional ou não, da legislação, normativos de órgãos reguladores e regulamentos internos.

O procedimento para o gerenciamento do Risco de Conformidade deverá considerar em especial o acompanhamento do arcabouço regulatório (Leis, Medidas Provisórias, Decretos, Resoluções CMN e BCB e Instruções Normativas BCB) pela área de riscos e fraudes responsável por tomar as ações devidas para a adequação dos processos, produtos e serviços da Companhia às exigências normativas, assim como providenciar a adequação dos normativos internos.

Risco cibernético

Decorre da possibilidade de perdas resultantes da inadequação, instabilidade, ineficiência ou vulnerabilidade de informações e dados armazenados ou transitando em ambientes cibernéticos.

Os riscos considerados nos procedimentos devem ser:

- a) Perda e/ou exposição de dados estratégicos ou confidenciais;
- b) Perda no valor da empresa;
- c) Perda de receita;
- d) Roubo de propriedade intelectual;
- e) Ameaças à vida ou à segurança;
- f) Danos à reputação;
- g) Interrupção nas operações;
- h) Sujeição a multas e litígios;
- i) Geração de custos de diversas naturezas para reparação de danos;

21. Suficiência de capital

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que um conglomerado prudencial está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções CMN 4.955/21 e 4.958/21 e alterações posteriores definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nessas resoluções foram instituídos os conceitos de patrimônio de referência (PR níveis I e II) e ativos ponderados pelo risco (RWA).

O cálculo dos ativos ponderados pelo risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Consequentemente, o índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos um conglomerado prudencial.

A seguir, apresentamos o Índice de Basileia da Companhia:

Índice de Basileia	31/12/2024
Patrimônio de referência nível I	46.705
Patrimônio de referência nível II	-
Patrimônio de referência níveis I e II	46.705
RWA - Ativos ponderados pelo risco	125.547
RWA _{SP} (serviços de pagamento prestados)	93.514
RWA _{RCSIMP} (parcelas de risco de crédito)	32.033
Índice de Basileia	37,2%

A Companhia e suas controladoras possuem liquidez e capacidade financeira para dar suporte às estratégias de capital.

22. Informações complementares

a) Seguros

A Companhia contrata apólices de seguros com coberturas para vida de seus empregados e diretores, D&O para diretores administradores para causas cíveis, fiança para aluguéis e incêndio de suas dependências. Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura total somava R\$ 26.203. O total em prêmios pagos foi de R\$ 88.

b) Plano de aposentadoria e pensões

A Companhia não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados, diretores e administradores de forma que não são aplicáveis as exigências da deliberação CVM 695/12.

c) Resultado recorrente e não recorrente

Não houve resultado não recorrente durante o semestre findo em 31 de dezembro de 2024.

23. Eventos subsequentes

Até a data de aprovação das demonstrações financeiras, não havia eventos subsequentes a serem divulgados.

A Administração

Contador
Eduardo Aparecido dos Anjos Degea
CRC 1SP236600/O-0 "S" PE